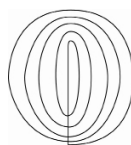


CATEGORIAS ONTOLÓGICAS

EDIÇÃO DE 2021 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/FER-FIL/28442/2017



Editado por
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2021 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Categorias Ontológicas
Copyright © 2021 do autor
Guido Imaguire

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0090>

Todos os direitos reservados

Resumo

Neste verbete eu discutirei a noção de categorias ontológicas. Em primeiro lugar, examinarei as propriedades formais e não formais de sistemas de classificação em geral. Na segunda seção, a distinção entre as categorias ditas 'ordinárias' e as categorias ontológicas é introduzida. Na terceira seção, apresentarei para fins de ilustração alguns sistemas de categorias ontológicas que foram propostos ao longo da história da metafísica e alguns pressupostos metodológicos assumidos na construção de tais sistemas. Finalmente, na quarta seção, discutirei alguns critérios de adequação dos sistemas de categorias ontológicas e proporei um critério adicional.

Palavras-chave

Categorias ontológicas, classificação, fundamentalidade, generalidade, meta-metafísica.

Abstract

In this article I discuss the notion of an ontological category. Firstly, I examine the formal and non-formal properties of systems of classification in general. In the second section, the distinction between so-called 'ordinary' and ontological categories is introduced. In the third section, I present by means of exemplification some systems of ontological categories proposed in history of metaphysics and the methodological assumptions presupposed in the construction of such systems. Finally, in the fourth section, I discuss some criteria of adequacy of systems of ontological categories and propose a new criterion.

Keywords

Ontological categories, classification, fundamentality, generality, metametaphysics.

Categorias Ontológicas

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0090>

Categorias ontológicas são as categorias naturais mais gerais e fundamentais da realidade. Elas classificam tudo o que existe e, eventualmente, o que poderia existir. Categorias ontológicas são organizadas em sistemas de categorias ontológicas, ou seja, em teorias metafísicas que, dentre outras coisas, propõem quais categorias são fundamentais, quais derivadas, quais elementos pertencem a quais categorias e como elas estão relacionadas umas às outras.

Todos os grandes sistemas metafísicos da tradição desenvolveram, ou assumiram implicitamente, uma teoria de categorias ontológicas. Certamente para a maioria dos metafísicos, o desenvolvimento de uma teoria de categorias é uma das principais tarefas da metafísica. Para alguns (p.ex. Grossman 1983: 3), ela é 'a' principal tarefa.

Neste artigo apresento as principais características de um sistema de categorias ontológicas. Em primeiro lugar, apresento as propriedades formais e materiais de sistemas classificatórios de qualquer domínio do saber. Em segundo lugar, tento mostrar no que consiste a diferença entre as categorias usuais das ciências particulares e as categorias ditas 'ontológicas'. Apresento, em terceiro lugar, alguns dos principais sistemas de categorias ontológicas propostos até hoje. Finalmente, na quarta e última parte, proponho e discuto alguns critérios de adequação para categorias e sistemas de categorias ontológicas.

1 Classificação

Classificar é uma atividade presente em aparentemente qualquer domínio do conhecimento. Em todas as ciências particulares classificamos os itens relevantes de seu domínio em categorias. A taxonomia de espécies biológicas, a tabela periódica de substâncias elementares, a classificação de partículas subatômicas, a tipologia da ação social de Weber, os sistemas políticos de Aristóteles, etc. são exemplos de sistemas de classificação em diversas áreas do conhecimento.

A atividade de classificação é fundamental porque desempenha

Publicado pela primeira vez em 2021

um papel organizatório e eurístico: ao mesmo tempo em que o conhecimento adquirido é registrado, mesmo que provisoriamente, em sistemas de classificação, esses sistemas funcionam como ponto de partida para aquisição de novo conhecimento e, inclusive, para sua própria revisão.

Curiosamente, instaurou-se nas últimas décadas em certos meios acadêmicos, inclusive na filosofia, a ideia de que classificar é uma atividade censurável. Supostamente, ao construirmos sistemas de classificação criamos dogmas e preconceitos. De fato, ao construir um sistema de classificação, há de se evitar categorizações inadequadas, baseadas em meras aparências superficiais ou preconceitos subjetivos. É inegável que certos sistemas classificatórios podem sustentar e esconder preconceitos, como seria p.ex. considerar que há dois tipos de almas humanas: de senhores e de escravos. Por isso, a distinção das categorias e os critérios de pertencimento a uma categoria precisam ser substancialmente justificados. No entanto, na medida em que qualquer atividade intelectual possui um elemento proposicional (proposição, juízo, enunciado, ou similar), e na medida em que qualquer elemento proposicional contém necessariamente um predicado (no sentido lógico), classificar é inevitável. Ao dizer de qualquer X que ele é Y , classificamos X como pertencente à categoria Y . Ou, na forma de um argumento de contradição performática: ao dizer que classificar é censurável, o adversário de qualquer classificação já classificou o ato de classificar sob a categoria das atividades censuráveis. Claro, existe uma diferença entre classificar alguns itens, e propor um sistema de classificação de todo um domínio. E é este tipo de atividade que está em jogo neste artigo.

Uma outra crítica muito severa à atividade de classificação diz respeito não à atividade de classificar propriamente dita, mas à suposta objetividade pretendida por muitos que propõem sistemas classificatórios. Segundo essa crítica, não existe um sistema de classificação objetivo, ou seja, independente da perspectiva histórica e cultural, do conhecimento e da linguagem do ser humano. Essa forma de relativismo é um ataque direto à atitude realista da maioria dos metafísicos contemporâneos que propõem sistemas de categorias ontológicas. O metafísico realista usualmente pretende classificar a totalidade de seres da realidade, 'cortando a realidade nas suas juntas fundamentais'. No entanto, vale notar, em primeiro lugar, que a proposta de um sistema

de categorias ontológicas não precisa necessariamente assumir essa atitude realista. Como veremos, alguns filósofos sugeriram sistemas de categorias de índole antirealista. Em segundo lugar, há muitos argumentos advindos de discussões na epistemologia e filosofia da linguagem, em particular na defesa do externalismo, que indicam que a atitude realista é muito menos ingênua do que supõem seus críticos.

Obviamente, objetividade não deve ser confundida com infalibilidade. Um metafísico que propõe um sistema de categorias ontológicas e que pretende, com ele, refletir as estruturas objetivas da realidade não pode se posicionar para além das críticas que fazem parte da dialética filosófica. Isso não se deve ao fato de que qualquer sistema é subjetivo, mas sim ao inegável fato da falibilidade de qualquer empreendimento intelectual. O simples fato de que existem vários sistemas de categorias ontológicas alternativos indica que há grande desacordo a respeito, afinal, de quais são as categorias fundamentais da realidade.

1.2 Propriedades formais de sistemas classificatórios

Em geral, sistemas de classificação obedecem a certos princípios lógicos facilmente representados por estruturas de árvores invertidas, como p.ex., a árvore de Porfírio.¹ Basicamente tais estruturas são compostas de uma categoria localizada no topo – a categoria máxima – que se divide (bifurca, trifurca, etc.) em subcategorias, de modo que cada uma dessas subcategorias é novamente subdividida em categorias inferiores, e assim por diante, até que se chegue, idealmente, às categorias mínimas.

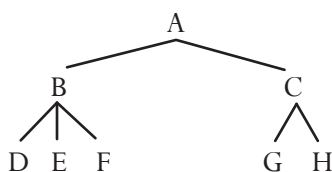


Fig. 1

¹ A árvore de Porfírio é um esquema classificatório em forma de diagrama de árvore sugerido pelo filósofo neoplatonista Porfírio, que viveu no século III, na sua introdução às categorias de Aristóteles, conhecida como *Isagoge*. Nessa árvore cada espécie é definida por um gênero e uma diferença específica. O homem pertence ao gênero animal, com a diferença específica de ser racional.

Do ponto de vista lógico, essas árvores classificatórias são compostas de nós de divisão, ou células classificatórias. Na árvore da fig. 1, A-B-C formam uma célula, B-D-E-F outra, C-G-H outra. Para facilitar referência, usaremos 'supercategoria' para nos referirmos às categorias superiores, e 'subcategoria' para nos referirmos às categorias inferiores de cada célula. Note que uma subcategoria de uma célula pode ser a supercategoria de outra célula: B é subcategoria da célula A-B-C e supercategoria da célula B-D-E-F. As propriedades lógicas ideais de cada célula de tais estruturas classificatórias são:

Exaustividade: as subcategorias são sempre exaustivas em relação à sua supercategoria. No caso da célula A-B-C: $\forall_x (A_x \rightarrow (B_x \vee C_x))$. Assim, não há nada que seja A e que não seja B ou C.

Exclusividade: nenhum elemento pertence a duas categorias do mesmo nível. A combinação de ambas as propriedades é muitas vezes designada JEPD (do inglês *jointly exhaustive and pairwise disjunctive*). No caso de A-B-C: $\forall_x (A_x \rightarrow (B_x \leftrightarrow \neg C_x))$. Cada item de uma supercategoria pertence a exatamente uma subcategoria.

Localidade: nenhuma categoria ocupa mais de uma posição no sistema, ou seja, no nosso exemplo, sendo B e C do mesmo nível, se algo é B ou C, pertence necessariamente à supercategoria A. Formalmente: $\forall_x ((B_x \vee C_x) \rightarrow A_x)$. Um bicondicional pode expressar exaustividade e localidade: $\forall_x (A_x \leftrightarrow (B_x \vee C_x))$.

Algumas propriedades formais globais de tais estruturas se seguem naturalmente: cada elemento de uma categoria pertence necessariamente a cada supercategoria de cada categoria do nível superior, cada elemento de uma categoria pertence a alguma subcategoria de cada categoria inferior e assim a exatamente uma categoria mínima. Segundo esse ideal classificatório, cada elemento e cada categoria do domínio possui uma e apenas uma posição no sistema, e existe uma rota única que liga cada elemento à supercategoria máxima e a cada outro elemento.

Essas propriedades formais facilitam imensamente a organização do conhecimento na medida em que conferem às estruturas classificatórias padrões inferenciais muito confortáveis, tanto extensionalmente como intensionalmente. Extensionalmente: os sistemas de classificações são estruturas facilmente representáveis em teoria de

conjuntos. Cada categoria é um subconjunto disjunto das categorias do mesmo nível e um subconjunto das categorias superiores. Intencionalmente: as subcategorias podem ser vistas como espécies de um gênero, o que sugere uma definição tradicional do modo gênero + diferença específica para cada categoria da estrutura. Assim, à medida em que subimos na hierarquia de um sistema classificatório, a extensão das categorias aumenta e, plausivelmente, sua intensão diminui.

1.3 *Propriedades substanciais*

Mas sistemas classificatórios devem exibir mais do que estas propriedades formais. Espera-se de qualquer categoria, ontológica ou não, que ela seja natural, ou seja, que ela não seja uma mera coleção aleatória de exemplares. O conjunto formado pelos números 3, 17, os objetos sobre minha escrivania e as frutas compradas ontem por pessoas com mais de 80 anos é certamente heterogêneo demais para compor uma categoria natural. Os conjuntos de moléculas de água, de mamíferos, e de elétrons, por outro lado, compõem, cada um deles, classes bastante naturais.

No que consiste a naturalidade de uma categoria? Essa é uma questão extremamente complexa e não há acordo algum a respeito da sua resposta. Um critério frequentemente usado é a projetabilidade: dadas algumas instâncias da classe, deve ser possível decidir para quaisquer entidades possíveis, se ela é ou não um exemplar de tal categoria. À primeira vista, o critério pode parecer demasiado epistemológico para nele se fundar uma teoria metafísica realista. No entanto, é plausível supor que a projetabilidade é fundada em alguma base metafísica: reconhecemos os exemplares de uma classe em virtude de algum traço real dos exemplares da categoria (algo como sua natureza homogênea).

A questão da naturalidade das classes é uma variante da questão metafísica a respeito da distinção entre propriedades esparsas e propriedades abundantes. Propriedades abundantes são em geral consideradas as propriedades expressas por quaisquer predicados, como 'é um objeto sobre minha escrivania' ou 'é uma fruta comprada ontem por alguém com mais de 80 anos'. Considere o conjunto de todos os objetos concretos que existem: propriedades abundantes correspondem a todos os subconjuntos de tal conjunto. Propriedades esparsas,

por outro lado, são as propriedades que 'cortam a realidade nas suas juntas', i.e. propriedades relevantes para a divisão da realidade em tipos naturais. Em geral, considera-se que tais propriedades são descobertas pela nossa ciência mais fundamental. Assim, 'ser um elétron', 'ser um fóton' e 'ter carga negativa' são bons candidatos a propriedades esparsas. A classe de elétrons é altamente homogênea e projetável, a classe de objetos sobre minha mesa é altamente heterogênea. Usualmente a distinção esparsa versus abundante é aplicada à categoria de propriedades, que já é em si uma categoria ontológica. Mas o conceito de naturalidade de uma classe, que é necessário para se compreender a natureza das categorias ontológicas, pode ser generalizado. Basta para isso considerarmos, não o conjunto de todos os objetos que existem, mas o conjunto de todas as entidades não conjuntistas² concretas ou abstratas e seus subconjuntos.

Podemos avançar um pouco na direção de uma concepção mais madura de naturalidade se tivermos clareza sobre as noções de homogeneidade e heterogeneidade usadas para distinguir classes naturais de classes não-naturais. Um padrão ideal de heterogeneidade de uma classe poderia ser definido como indistinguibilidade de todas as suas instâncias. Assim, as classes de partículas fundamentais da física como elétrons e fótons podem ser consideradas idealmente naturais, posto que seus exemplares são perfeitamente similares (inclusive a ponto de serem considerados contra-exemplos à lei de identidade dos indiscerníveis de Leibniz). Algo similar vale para moléculas de substâncias fundamentais como água e ouro. Classes de espécies biológicas como gatos e humanos, por sua vez, satisfazem o critério apenas parcialmente. Uma vez em posse de propriedades esparsas fundamentais, poderíamos estabelecer um critério de homogeneidade a partir da quantidade de instanciação de tais propriedades: elementos de uma classe são tão mais homogêneos quanto mais propriedades esparsas partilharem.

Assim que soubermos, afinal de contas, o que são categorias ontológicas, voltaremos à discussão da noção de homogeneidade. Afinal, também

² A restrição a entidades não conjuntistas se faz necessária para evitar os conhecidos paradoxos de tipo Russelliano, do conjunto de todos os conjuntos que não contém a si mesmos como elementos. Uma restrição mais perspicua poderia admitir conjuntos, mas teria de introduzir restrições para evitar entidades que geram paradoxos.

se exigirá como um critério de adequação para categorias ontológicas que elas sejam naturais. No entanto, vale advertir já agora que algo como a perfeita similaridade que encontramos em partículas não pode ser esperado para classes que pretendem ser categorias ontológicas. Via de regra, quanto mais ampla e geral uma categoria, menor a chance de a classe ser homogênea (compare a classe dos humanos com a classe dos mamíferos, e a classe do ouro com a classe dos metais, p.ex.).

2 Categorias ordinárias versus categorias ontológicas

Nem todas as categorias são categorias ontológicas. Categorias não-ontológicas são usualmente designadas 'categorias ordinárias'. Nas ciências particulares e no discurso cotidiano lidamos tipicamente com tais categorias: animais, vegetais, mamíferos, mesas, navios, advogados, números ímpares, jogadores de futebol, políticos reacionários, objetos vermelhos, restaurantes caros, etc. são exemplos de categorias ordinárias. Exemplos típicos de categorias ontológicas são: objetos, substâncias, propriedades, universais, relações, tipos naturais, fatos, estados de coisas, eventos, processos e tropos. Alguns também consideram exemplos de categorias ontológicas: números, conjuntos, proposições e conceitos.

Como distinguir uma categoria ordinária de uma categoria ontológica? Uma distinção pragmática poderia ser estabelecida, claro, pela atividade teórica: categorias ontológicas são aquelas estudadas pelos metafísicos, enquanto categorias ordinárias são aquelas estudadas pelas ciências particulares e mencionadas no discurso do senso comum. Embora extensionalmente ou pragmaticamente correta, essa distinção contribui muito pouco para a compreensão do que é, afinal, uma categoria ontológica.

Rosenkrantz (2012) adota uma estratégia alternativa, linguística, para definir categorias ontológicas: categorias ontológicas são expressas por predicados que satisfazem algumas condições, dentre elas: (i) (possivelmente ou epistêmica possivelmente) não vazios, (ii) é impossível que algo satisfaça o predicado contingentemente, (iii) não relacionais ou adjetivais, (iv) não expressa tipo natural ou artefato (incluindo social), (v) não negativo (com algumas restrições), etc. Embora a proposta de Rosenkrantz ofereça critérios que, talvez,

extensionalmente se adequem plausivelmente àquilo que se espera de uma categoria ontológica, sua caracterização é demasiado negativa: é uma listagem de características que um predicado não deve ter para expressar uma categoria.

A maneira provavelmente mais usual de se traçar a distinção entre ambos tipos de categorias é em termos de generalidade: categorias ontológicas são as categorias mais gerais, categorias ordinárias são as menos gerais. A ideia por detrás desta proposta seria a de que podemos construir uma espécie de árvore classificatória universal, um sistema de classificação de tudo que existe, e enquanto as categorias ordinárias ocupariam os níveis mais baixos, as categorias ontológicas corresponderiam às categorias do topo da árvore. Embora essa seja uma intuição presente em muitas propostas de sistemas de categorias ontológicas, ela sofre de uma grave deficiência, designada por Westerhoff (2002: 338; 2005: 35) de 'problema do corte': a partir de qual ponto da árvore as categorias deixam de ser ordinárias e passam a ser ontológicas? A distinção entre categorias ontológicas e categorias ordinárias seria simplesmente de grau de generalidade e assim altamente vaga.

2.1 *Categorias fundamentais e categorias primárias*

Deve-se distinguir uma categoria ontológica *fundamental* de uma *primária*. Uma categoria é primária quando está no nível mais elevado de generalidade, ou seja, quando é a/uma categoria máxima (no nosso exemplo: A), secundária quando está no segundo nível mais elevado de generalidade (B e C), e assim por diante. Pelo que vimos antes, pode-se dizer que uma categoria primária é a mais obviamente ontológica, e a sequência de categorias (secundária, terciária, etc.) se aproxima gradualmente do estatuto de mera categoria ordinária.

A noção de *fundamentalidade* indica, por outro lado, que a categoria é considerada irreduzível na teoria em questão. Por mais variadas que sejam as teorias de categorias ontológicas, virtualmente todos os metafísicos devem concordar que objetos, propriedades, estados de coisas, tropos e eventos, se forem categorias, são categorias ontológicas, e não meramente ordinárias. O ponto de discórdia dos metafísicos é o estatuto da categoria, ou seja, se ela é fundamental ou derivada. P.ex. um nominalista que não aceita propriedades na sua

ontologia não nega que propriedades são uma categoria ontológica. Dito de outra forma, sua tese não é que a categoria de propriedades é uma categoria ordinária. Sua discórdia com o realista é, antes, se essa categoria pode ser reduzida a outra categoria (conjuntos, classes, predicados, etc) ou, eventualmente, eliminada. Em suma, ao contrário do realista, o que ele nega é que essa categoria seja fundamental, irreduzível ou ineliminável.

A distinção entre categorias fundamentais e primárias também é importante porque, em alguns sistemas (como no sistema de Lowe, que veremos logo abaixo), as categorias fundamentais são apenas as categorias intermediárias da árvore classificatória.

3 Alguns sistemas de categorias ontológicas

Talvez a melhor maneira de oferecer ao leitor uma compreensão adequada do que são, afinal de contas, categorias ontológicas seja apresentar uma série de propostas de sistemas de categorias ontológicas. Ao longo da história da filosofia, vários sistemas foram propostos. O primeiro e até hoje mais influente sistema foi proposto por Aristóteles. Na verdade, ele propôs dois sistemas distintos: no capítulo 4 das *Categorias* ele propôs um sistema com 10 categorias, incluindo: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, hábito, ação e paixão. No capítulo 2 das *Categorias* ele propôs um sistema com 4 categorias básicas: substância primeira, substância segunda, propriedade universal e acidente particular. Substâncias primeiras seriam objetos particulares, como Sócrates e este gato. Substâncias segundas são as espécies e gêneros às quais pertencem estes particulares, como o tipo *homo sapiens* e felino. As propriedades universais são as propriedades enquanto compartilhadas, ou compartilháveis, por vários particulares: p.ex. a brancura que a neve, as nuvens e todos os outros objetos brancos compartilham. Os acidentes particulares são as propriedades individuadas em um determinado particular: a brancura desta folha, a brancura daquela nuvem.

Esse segundo sistema de Aristóteles é a base da ortodoxia metafísica medieval e moderna. Ao longo dos séculos, ele passou por uma série de reformulações. Na filosofia analítica contemporânea, especialmente sob influência do desenvolvimento e popularização da lógica de predicados que distingue apenas as categorias de termo singular e

termo geral, as quatro categorias foram reduzidas a apenas duas: particulares (referentes de termos singulares) e universais (referentes de termos gerais), que incluem a substância segunda e as propriedades universais. Tanto uma predicação como 'Sócrates é sábio', quanto uma subsunção de um particular a uma espécie como 'Sócrates é humano' assumem a forma $F(a)$. A categoria de modos simplesmente desaparece aqui.

Segundo Jonathan Lowe, o colapso das quatro em duas categorias não representa apenas uma simplificação, mas um empobrecimento da ontologia. Com ele perdem-se distinções fundamentais, como a entre universais que estabelecem condições de persistência de um indivíduo (substância segunda ou tipo) de universais que não estabelecem isso (propriedades). Por isso, ele propôs (2006) um sistema ontológico que recupera as quatro categorias fundamentais de Aristóteles. Um aspecto interessante do sistema de Lowe é que as categorias consideradas fundamentais não estão no nível mais alto da sua hierarquia: o supergênero *entidade* é a categoria primária, que é dividida em duas categorias secundárias, *particulares* e *universais*, que por sua vez são subdivididas em quatro categorias terciárias: *objetos* e *modos* (particulares), e *tipos* e *atributos* (universais) – e somente estas quatro categorias terciárias são realmente fundamentais. A tese de que somente as categorias desse terceiro nível são fundamentais se baseia no entendimento que é somente neste nível que surgem as explanações relevantes das leis da natureza, dos princípios de persistência, e tantos outros conceitos fundamentais da metafísica.

Kant criticou Aristóteles por apresentar as categorias sem explicar de onde elas foram extraídas. Mais do que isso, ele considerou ingênua a tentativa de estabelecer divisões da realidade 'em si mesma'. Ao invés disso, sugeriu um sistema de categorias conceituais baseado nas formas dos juízos, i.e. categorias que governam nossos esquemas conceituais que dividem a realidade como ela se apresenta para nós (*Crítica da Razão Pura* A70/B95 – A93/B109). Kant propôs assim um total de 12 categorias, gerados por 4 princípios de divisão: qualidade (realidade, negação, limitação), quantidade (unidade, pluralidade, totalidade), relação (inerência e subsistência, causalidade e dependência, comunidade) e modalidade (possibilidade, existência, necessidade). Desde Kant, distinguem-se teorias realistas e anti-realistas de categorias ontológicas. Enquanto as teorias realistas pretendem classificar a

realidade mesma nas suas estruturas fundamentais, as anti-realistas baseiam sua classificação na estrutura cognitiva humana, em geral nas estruturas da linguagem. Embora a teoria anti-realista kantiana tenha sido muito influente durante um largo período da história, os metafísicos recentes (incluindo o já mencionado Lowe) têm retornado cada vez mais a sistemas com pretensões realistas. Para simpatizantes do idealismo, tal retorno é um retorno à metafísica ingênua ou pré-crítica. Para outros, isso significa a superação do idealismo.

David Armstrong sugeriu inicialmente (1978) uma ontologia realista que admitia as categorias de objetos e propriedades (incluindo propriedades de aridade maior que um, ou seja, relações). Em obras posteriores (1997), no entanto, devido a algumas dificuldades de tal sistema (em particular ao problema do regresso ao infinito na explanação da instanciação), admitiu a categoria de estados de coisas como fundamental. Como estados de coisas são constituídos por objetos e propriedades, a proposta de Armstrong pareceu pretender substituir a ontologia de dois constituintes (o particular a e o universal F) por uma ontologia do único complexo (o fato $F(a)$). Não restou claro, no entanto, se a proposta última dele seria a de manter as categorias de objetos e propriedades ao lado da categoria de estados de coisas (como parece interpretar Simons 2012: 127), ou a de tomar somente a categoria de estados de coisas como fundamental, e as de objetos e propriedades como derivada.

Embora Frege não possa ser considerado um idealista ou anti-realista no sentido kantiano, sua ontologia de objetos e conceitos parece ter, à primeira vista, um forte viés linguista. Para Frege, as duas categorias ontológicas são derivadas das suas duas categorias sintáticas: termos saturados e termos insaturados. Basicamente, Frege concebe termos insaturados como derivados de sentenças completas por meio da extração de termos singulares. Assim, de 'João viajou de Lisboa para o Rio de Janeiro', podemos derivar tanto o predicado monádico '... viajou de Lisboa para o Rio de Janeiro' ao extrair o nome 'João', como o predicado ternário '... viajou de ... para o ...' ao extrair os nomes 'João', 'Lisboa' e 'Rio de Janeiro'. Ao primeiro corresponde o conceito (a propriedade) *ter viajado de Lisboa para o Rio de Janeiro* e ao segundo a relação ternária ... *ter viajado de... para...* Dificilmente algum metafísico realista consideraria esse critério linguístico adequado para o desenvolvimento de uma concepção

adequada do que é uma propriedade (ou relação). A categoria de propriedades de Frege é demasiadamente abundante, tão abundante quanto os predicados da nossa linguagem. Assim também o é a de objetos: a Verdade, a Falsidade seriam objetos lógicos em Frege, ideia que dificilmente conta com a simpatia de um metafísico de índole aristotélica. Todavia, podemos assumir uma interpretação alternativa da intenção original de Frege, a saber, a de que a sua ontologia de objetos e conceitos é mais propriamente *lógica* do que *linguística*. Assim, sua ontologia não seria derivada da 'nossa linguagem', em particular não da linguagem ordinária, pela qual Frege não tinha grande apreço, mas da sua estrutura lógica subjacente. E como Frege tinha uma concepção objetivista da lógica, uma ontologia dela derivada seria altamente objetiva.

W. V. Quine (1960: cap. 7) e David Lewis (1986) defenderam uma ontologia nominalista, composta apenas de uma única categoria, particulares, subdividida em duas subcategorias: objetos concretos e conjuntos. Na proposta do nominalismo de classes defendida por Lewis, uma propriedade F é reduzida ao conjunto de todos os F 's, e a relação binária R é reduzida ao conjunto dos pares ordenados de objetos que estão na relação R (e algo similar para relações de aridade maior). Embora as ontologias de Quine e Lewis sejam bastante diversas da ontologia de Frege de um ponto de vista metafísico, a motivação última parece a mesma: a lógica contemporânea. Enquanto Frege baseou sua ontologia na distinção sintática entre termos saturados e termos insaturados, Quine e Lewis focaram, *à la* Tarski, na teoria de conjuntos que constitui a base da semântica de tal lógica.

Três autores muito recentes, além do já mencionado Lowe, propuseram metafísicas de índole realista. Reinhardt Grossman (1983) distingue oito categorias fundamentais: indivíduos, propriedades, relações, classes, estruturas, quantificadores, fatos e negação. Um aspecto interessante do sistema de Grossmann é que ele não pretende propor um inventário de tudo o que existe, mas sim de tudo o que *poderia* existir. Ou seja, ele não considera apenas categorias com instâncias atuais, mas também com instâncias possíveis. Roderick Chisholm, seguindo a tradição realista, propôs (1996) um sistema com duas categorias fundamentais: seres contingentes e seres necessários. A categoria dos contingentes é dividida nas categorias de estados e indivíduos, e a categoria dos necessários é subdividida nas

categorias de estados e não-estados, que por sua vez se subdivide em atributos e substâncias. Hoffmann e Rosenkrantz propõem (1994) um sistema de categorias com um gênero máximo (o que muitos consideram controverso), que se subdivide em duas categorias: abstratos e concretos. Dentre os abstratos estão as propriedades, as relações e as proposições, dentre os concretos os eventos, o tempo, o espaço, o lugar, as substâncias materiais e espirituais, os limites, as coleções, as privações e os tropos.

3.1 *A base de construção de um sistema de categorias ontológicas*

Uma questão que merece uma atenção muito maior do que tem sido oferecida na literatura metafísica diz respeito à justificativa da gênese de um sistema de categorias. Peter Simons (2012) aponta justamente para esse interessante tópico. Segundo ele, todo sistema de categorias é baseado na escolha do que ele chama de 'fatores', que são como que princípios de corte da realidade. Fatores são, por assim dizer, os critérios que distinguem as categorias. Em teorias realistas, a fatoração é baseada em algum critério ontológico, em teorias não realistas a fatoração advém de algum critério epistemológico ou linguístico.

Aristóteles, novamente, é um bom exemplo de uma atitude realista. Embora ele sugira em alguns momentos que a distinção entre substância e atributo seja baseada em expedientes linguísticos ('coisas que são ditas ou não são ditas de um sujeito'), a distinção pretende ser realista e poderia ser formulada em termos puramente ontológicos como exemplificação: particulares exemplificam, universais são exemplificados.³ Além do mais, as suas categorias são fatoradas em termos de dependência ontológica: universais, tipos e acidentes individuais dependem da substância primeira, substâncias primeiras de nada dependem. Outro exemplo de fatoração realista baseado na relação de dependência ontológica é o sistema de Roman Ingarden (1960). Kant, como já destacamos antes, se baseia nas formas dos juízos para o desenvolvimento da sua teoria de categorias e por isso seus princípios

³ Ver interpretação realista das categorias de Aristóteles em Ackrill (1963:71) e Moravcsik (1967) e interpretação anti-realista ou linguística em Baumer (1993). Um panorama em Studtmann (2007).

de fatoração são os 4 principais modos de juízos: qualidade, quantidade, relação e modalidade.⁴ Em Frege, o princípio de fatoração é o de saturação: Termos exigem ou não complemento, são saturados ou insaturados. A referência destes termos são, então, objetos ou conceitos – que são as duas categorias básicas de sua ontologia.

4 Adequação de sistemas de categorias ontológicas

Tendo em vista a grande variedade de sistemas de categorias ontológicas, é natural que surja um ceticismo com respeito à pretensão de escolhermos um único e verdadeiro sistema de categorias. Tal ceticismo é ainda mais provável, claro, se assumirmos uma posição anti-realista. Três questões precisam ser distintas neste contexto:

- (A) Quais classes de entidades qualificam como categorias ontológicas?
- (B) Quais conjuntos de categorias qualificam como sistemas de categorias ontológicos adequados?
- (C) Como comparar e avaliar diferentes sistemas de categorias ontológicas?

Estas são questões obviamente conectadas, mas que precisam ser claramente distintas: a questão (A) diz respeito à distinção entre categorias ontológicas e categorias meramente ordinárias. Esta questão tem recebido atenção crescente na literatura analítica (Westerhoff 2002, 2005; Rosenkrantz 2012; van Inwagen 2014). Uma resposta adequada a (A) não contém, contudo, uma resposta à questão (B), pois um conjunto qualquer de categorias ontológicas pode não constituir um sistema de categorias adequado. Como veremos a seguir, um sistema de categorias não pode ser uma mera coleção de categorias

⁴ Na *Crítica da Razão Pura*, Kant parte da lógica Aristotélica e tenta classificar todos os possíveis modos das proposições (em Kant: juízos) que, ao final, correspondem aos seus doze conceitos puros do entendimento: de acordo com quantidade, eles podem ser de unidade, pluralidade e totalidade, de acordo com a realidade eles podem ser de realidade, negação ou limitação, de acordo com a relação eles podem ser de inerência e subsistência (substância e acidente), causalidade e dependência (causa e efeito) ou comunidade (reciprocidade) e, finalmente, de acordo com a modalidade eles podem ser de possibilidade, existência ou necessidade.

ontológicas, por mais que cada uma destas categorias seja por si só adequada. Certas condições estruturais adicionais são exigências centrais de qualquer sistema razoável. Finalmente, ainda que dois sistemas de categorias ontológicas possam ser 'internamente' adequados, ainda resta a possibilidade de haver algum critério de avaliação para a escolha preferencial de um em detrimento ao outro. Isso é o que levanta a questão (C).

Meu objetivo principal nesta seção é apresentar uma lista de virtudes ou padrões de adequação tanto para categorias ontológicas isoladamente, como para sistemas de categorias ontológicas. A avaliação de sistemas, plausivelmente, segue a maior ou menor adequação a tais critérios.

Um primeiro critério para um sistema de categorias é a *adequação formal*: um bom sistema deveria obedecer, idealmente, os critérios de qualquer sistema de taxonomia apresentados na seção 1. Ou seja, sistemas de categorias deveriam ser estruturas que obedecem os princípios de exaustividade, exclusividade e localidade. A exaustividade do nível mais alto ocupa um lugar de destaque: Um sistema de categorias ontológicas que não dá conta da totalidade da realidade não satisfaz a pretensão definitiva da metafísica enquanto ciência de tudo. Suponha que objetos e abstratos sejam duas categorias ontológicas adequadas. O sistema que tenha no mesmo nível as categorias objeto/abstrato não constitui um sistema adequado na medida em que não são exaustivos (há plausivelmente coisas concretas que não são objetos) e não são exclusivos (há plausivelmente objetos abstratos). Naturalmente, nem todos os sistemas precisam ter uma estrutura gênero-espécie (ver Rosenkrantz 2012: 84), embora essa estrutura, sem dúvida, seja uma virtude. Mesmo sendo a exaustividade uma virtude, alguns teóricos (veja Lowe 2001: 180; e Hoffman e Rosenkrantz 1994: 140) admitem explicitamente a possibilidade de seus sistemas serem incompletos.

O segundo critério, também já mencionado, é um dos mais usuais em apresentações do tópico: categorias ontológicas são as categorias *mais gerais* da realidade (ver Thomasson 2018, Inwagen 2014). Segundo Inwagen, categorias ontológicas devem incluir 'uma porção realmente significante' das coisas que existem. No entanto, essa caracterização tem seus problemas. O primeiro diz respeito à vagueza do conceito 'mais geral': onde, em qual nível, fica o corte entre as categorias

ontológicas e as categorias meramente ordinárias na grande hierarquia de classificação de toda a realidade? Quanto é 'uma porção realmente significante' de tudo que existe? O segundo problema, que o próprio Inwagen reconhece e que é igualmente sério, é que a grande abrangência, por si só, não parece ser um critério suficiente. Para entender isso, imagine que o fisicalismo está correto, ou seja, tudo o que existe são as entidades descritas pela nossa ciência fundamental. Suponha que cheguemos à conclusão que toda a realidade é composta de duas partículas fundamentais, digamos bósons e férmions.

Suponha também que sejamos nihilistas em mereologia, ou seja, acreditamos somente na realidade de objetos simples. Estaríamos então dispostos a considerar bósons e férmions as duas categorias ontológicas fundamentais do nosso sistema? De fato, elas seriam absolutamente gerais e exaustivas. Mesmo assim, elas parecem ser muito mais categorias ordinárias (da física fundamental) do que ontológicas. Por outro lado, um sistema que propusesse uma categoria ontológica de ser necessário e absolutamente independente, poderia perfeitamente aceitar que Deus é a única instância dessa categoria, e não parece haver nada de errado com isso.

Uma outra tentativa de definir a generalidade aqui exigida é oferecida por Norton (1976). Segundo ele, uma classe A é mais geral que uma classe B se o fato que B tem elementos implica que A tem elementos (e assim, claro, se A for vazio, assim será B). No entanto, como observou corretamente Westerhoff (2005: 26), o fato de que existem bicicletas implica que há rodas, mas a classe de rodas não é mais geral que a classe de bicicletas. Há também a proposta de Hoffman e Rosenkrantz (1994: 17): A é mais geral que B se, necessariamente, B é um subconjunto de A e é possível que exista um elemento de A que não seja elemento de B. Westerhoff (2005:27) critica essa proposta por não conseguir excluir classes heterogêneas do seu critério de generalidade: a classe de aves-e-raposas seria mais geral que a classe de patos, mas ela é heterogênea demais. Embora seja verdade que essa definição de generalidade não exclua classes heterogêneas, como critica Westerhoff, vale reconhecer em favor dessa proposta que, uma vez que naturalidade e generalidade são critérios distintos, a exclusão de classes heterogêneas ou não naturais não parece ser tarefa de uma definição de generalidade. De qualquer forma, na seção final deste artigo, proporei uma concepção alternativa

de generalidade que considero mais adequada para uma caracterização de categoria ontológica.

Um terceiro critério usualmente considerado fundamental para qualquer sistema de categorias é que qualquer instância que pertença à categoria pertença a ela *essencialmente*. Sócrates não é apenas acidentalmente uma substância particular, ele o é essencialmente, a sabedoria não é acidentalmente uma propriedade, ela o é essencialmente, o fato que Sócrates é sábio não é contingentemente um fato, ele o é essencialmente, etc. O pertencimento necessário de um item à sua categoria é um critério que exclui uma série de categorias ao posto de categoria ontológica: ser um advogado, ser vermelho, pesar mais de 70Kg, ter sido comprado ontem por uma pessoa com mais de 80 anos são claramente exemplos de categorias não-ontológicas, por não satisfazerem este critério. Westerhoff (2004: 616-618) argumenta contra a exigência da essencialidade. De acordo com ele, uma entidade pode pertencer a uma categoria ontológica apenas contingentemente.⁵ Segundo seu holismo, isso dependeria de quais objetos efetivamente existem na realidade.

Um quarto critério, já mencionado anteriormente, diz respeito à *naturalidade* da categoria: assim como as categorias da ciência natural, uma categoria ontológica deve ser uma classe natural. A naturalidade de uma classe está associada à homogeneidade e à projetabilidade dos seus elementos. Como vimos na discussão acima sobre naturalidade, o ideal de naturalidade seria cumprido por uma categoria se todos os seus membros fossem plenamente indistinguíveis. Mas também percebemos que quanto mais geral e maior for a extensão de uma categoria, tanto mais improvável é que esse ideal possa ser cumprido. Dois membros da categoria dos elétrons são plenamente indistinguíveis, dois membros da categoria de substâncias primeiras p.ex. são bastante diferentes (compare p.ex. Deus e o cão Fido).

Uma maneira bastante usual de se estabelecer naturalidade de uma classe é por meio de um recurso linguístico, a saber, o princípio

⁵ A ideia de Westerhoff é inspirada no *Tractatus* de Wittgenstein e na noção de possibilidade combinatória dos objetos tractarianos. Uma categoria de um objeto seria definida a partir das suas possibilidades combinatórias com outros objetos atualmente existentes. Como a existência ou inexistência dos objetos pode alterar essa classe combinatória, sua categoria dependeria de quais objetos efetivamente existem.

de intersubstitutividade *salva* gramaticidade. A ideia básica é bastante simples: duas expressões x e y pertencem ao mesmo tipo sintático se em qualquer sentença gramaticalmente bem formada a substituição de x por y não gera uma sentença mal formada. Assim, 'Sócrates' em 'Sócrates é mortal' pode ser substituído por 'Pedro' ou mesmo 'Deus' (note: exige-se apenas gramaticidade, não verdade), bem como 'é mortal' pode ser substituído por 'é um humano' ou 'é um número primo'. A exigência 'em qualquer sentença' às vezes é reduzida para 'em muitas' ou 'em algumas', a depender, dentre outras coisas, da nossa tolerância quanto ao critério de gramaticidade. Aliás, também gramaticalidade é às vezes substituída por 'significatividades' (ver Husserl 1922), a depender da teoria. Categorias ontológicas, assim, seriam as categorias que corresponderiam às categorias gramaticais. Esse tipo de concepção foi basicamente desenvolvido por Ryle (1938) e Sommers (1959, 1971), e criticado por Smart (1954).

Considerações sobre naturalidade de categorias ontológicas são uma possível razão para se rejeitar a ideia de termos sempre uma única categoria máxima. Suponha que tenhamos boas razões para aceitar que objetos e propriedades sejam duas categorias ontológicas fundamentais. Plausivelmente, ambas categorias são naturais, seus elementos são homogêneos, e se a fatoração das categorias for adequada, elas terão um bom critério de distinção, de modo que a realidade seja cortada nas juntas. Caso se pretenda, então, reunir ambas as categorias numa supercategoria, digamos 'ser', 'entidade' ou similar, teremos uma nova categoria altamente heterogênea, ou seja, nada natural (como diria Aristóteles, o ser não é um gênero). Afinal, dada a fatoração nas juntas, os membros de ambas as categorias serão fundamentalmente diferentes.

Uma outra virtude de sistemas de categorias ontológicas, bastante semelhante aos dois critérios anteriores, mas mesmo assim distinto deles, é a *clareza dos critérios de classificação*. Ao propor um sistema de categorias ontológicas, deve-se também oferecer critérios claros de pertencimento a cada categoria. No nosso exemplo anterior, não deve haver instâncias de A que sejam casos limítrofes entre B e C ou que sejam indefinidos quanto ao seu pertencimento a B ou a C . Esse critério tem certamente uma dimensão linguística: predicados que expressam categorias ontológicas não deveriam ser vagos ou ambíguos. Mas o problema pode ser estritamente ontológico. Um exemplo

muito ilustrativo recente é a série de artigos de MacBride (1999, 2004, e especialmente 2005) a respeito da distinção entre as categorias de particulares e universais. Mesmo essa distinção tradicional que muitos consideram inequívoca apresenta uma série de dificuldades, pois todos os critérios oferecidos até hoje permitem contra-exemplos (itens que deveriam ser considerados universais pelos critérios são intuitivamente particulares e vice-versa).

Um quinto critério, este específico para sistemas de categorias e não para as categorias em particular, é que um sistema não deve ser redundante, ou melhor, ele deve ser um sistema mínimo de categorias fundamentais. Um sistema de categorias deve sempre que possível reduzir uma categoria a outra. Isso significa que se um sistema considera a categoria A redutível à categoria B, somente B pode ser considerada fundamental no sistema. No sistema puro de tropos, p.ex., objetos são reduzidos a coleções de tropos co-presentes e universais a classes de tropos similares. Isso não é uma questão de opção porque um sistema de categorias ontológicas não deve apenas fazer um inventário de todas as categorias, mas sim indicar quais categorias são *fundamentais* e quais são derivadas. E fundamental é uma categoria quando ela não pode ser explanada ou fundada em nada mais fundamental.

Tome por exemplo as seguintes cinco categorias: particulares, concretos, universais, tropos e estados de coisas. Um sistema que assume simultaneamente essas cinco categorias como fundamentais está aparentemente deixando de fazer o obrigatório trabalho de redução. O termo 'redução' é usado em vários sentidos e, por isso, vale explicar o que se tem em vista aqui. Se tomarmos particulares e universais como fundamentais, podemos eliminar estados de coisas do estatuto de categoria fundamental na medida em que assumimos que um estado de coisas atômico nada mais é do que um complexo constituído de um particular instanciando um universal. Note: não pretendo afirmar que tal redução é, de fato, correta. Alguém pode argumentar que para estabelecer essa redução precisaríamos esclarecer o estatuto da relação de instanciação, o que levaria a uma longa e controversa discussão. O meu ponto é apenas que, se possível, tal redução deve ser realizada. Se estou convencido que particulares nada mais são do que feixes de universais, então preciso tomar apenas universais como categoria fundamental, reduzindo os particulares a eles, como

sugere a teoria de feixe de universais. Se acredito, por outro lado, que tanto particulares como universais podem ser reduzidos a tropos (particulares seriam coleções de tropos co-presentes, e universais classes de tropos similares), então devo propor uma teoria exclusiva de tropos, como o fez Williams (1953). Por outro lado, se considero que um tropo nada mais é que a instanciação de um universal por um particular (onde instanciação é bruta ou fundamental), devo assumir apenas particulares e universais no meu sistema de categorias ontológicas. Podemos ver isso como uma máxima metodológica: ao propor um sistema de categorias ontológicas, o proponente deve explicar de que maneira as categorias se relacionam entre si, se existem relações formais que conectam as categorias (instanciação, exemplificação, similaridade, co-presença, etc.), que categorias derivam de quais categorias, quais dependem de quais, qual é o critério de pertencimento às categorias, etc.

4.1 *O critério de transversalidade de domínios*

No resto deste artigo, pretendo apresentar e defender uma virtude ontológica adicional, que designo de 'critério de transversalidade'.⁶ Por que precisamos de mais uma virtude? A razão é simples. Mesmo ao considerar todos os critérios mencionados na seção anterior, a questão da adequação de um sistema de categorias ontológicas ainda não parece plenamente resolvida. Tome as categorias racional/irracional. Como irracional é a simples negação de racional, as duas categorias obedecem trivialmente ao princípio JEPD: tudo é racional ou irracional, nada é ambos. Além disso, as duas categorias obedecem ao critério de essencialidade: plausivelmente, tudo o que é racional (humanos, Deus, anjos, eventuais extra-terrestres racionais) é essencialmente racional, e tudo o que é irracional (incluindo minhocas, pedras e números) é essencialmente irracional. A racionalidade faz parte da natureza de um ser racional, assim como a irracionalidade faz parte da natureza de um ser irracional. E embora a classe dos irracionais seja bastante díspar, uma vez compreendida a regra de pertencimento à classe (p.ex. incapacidade de deliberação racional), a classe é completamente projetável e homogênea, ainda que seja em

⁶ Para uma defesa detalhada desse critério, veja Imaguire (2020).

certa medida vaga, admitindo casos de fronteira. Apesar disso, eu suponho que virtualmente nenhum metafísico aceitaria essas duas categorias como individualmente adequadas, e menos ainda que elas constituem conjuntamente um bom sistema de categorias ontológicas.

Para compreendermos a proposta do critério de transversalidade devemos antes perceber o que há de errado com a proposta tradicional. A categoria de irracionais é extremamente inclusiva, mas certamente não é uma boa categoria ontológica. Isso se deve ao fato de que a teoria ortodoxa foca no aspecto extensional da generalidade. Segundo uma concepção puramente extensional, uma categoria é ontológica se for extremamente abrangente. Claro, um sistema que divide a realidade em duas classes bastante abrangentes, mas completamente aleatórias, não seria adequadamente consideradas ontológicas porque não satisfaz o critério de naturalidade. Mas, como percebemos acima, os elementos da classe dos racionais, como a dos irracionais, têm uma natureza comum e são, num sentido, naturais e projetáveis. Ou seja, não basta conceber sistemas de categorias ontológicas como hierarquias de conjuntos cada vez mais abrangentes e declarar que o topo é ocupado por categorias ontológicas. O próprio van Inwagen (2014), que defende uma concepção extensional ao sugerir que categorias ontológicas são 'as mais abrangentes classes naturais', reconhece as dificuldades de tal concepção, em particular, reconhece que 'abrangente' é extremamente vago.

Como superar essa dificuldade? A minha proposta é a de conceber generalidade não extensionalmente, como todas as propostas até o presente momento, mas, num certo sentido a ser explicado, intensionalmente. Em outras palavras, generalidade deve ser concebida como aplicabilidade em todo e qualquer domínio. A realidade global, tema da metafísica, é segmentada em dimensões que correspondem a certos domínios científicos: física, biologia, matemática, sociologia, etc. Cada um destes domínios é subdividido em áreas (biologia em botânica e zoologia, matemática em análise e geometria, etc), mas constitui em sua totalidade um certo recorte da realidade. Sob a suposição realista de que esses recortes não são puramente arbitrários, mas sim impostos pela própria realidade como suas 'juntas fundamentais', podemos dizer que elas constituem domínios do ser. Generalidade, no sentido aqui defendido, deve então ser compreendida

como 'diz respeito a qualquer domínio do ser'. Diz-se que a lógica é tópico-neutra; a metafísica, eu diria, é tópico-relevante.

Tome as seguintes categorias ordinárias: elétrons, gatos e números primos. Quais seriam suas posições na grande árvore de classificação de tudo? Certamente nas grandes divisões física, biologia e matemática. Mas onde, na grande árvore classificatória, estão as categorias objetos, propriedades e estados de coisas? Eles estão presentes em todas as ciências particulares: há objetos na física, na biologia e na matemática, há propriedades na física, na biologia e na matemática (carga negativa, fertilidade e ser primo), há fatos ou estados de coisas em todas as ciências (este elétron tem carga negativa, a baleia é um mamífero, 2 é um número primo). Assim, categorias ontológicas devem ser modos de classificação de itens de todo e qualquer domínio da realidade.

Por transversalidade entendo assim, mais concretamente, a propriedade de ter instâncias em todo domínio da realidade. Um sistema de categorias ontológicas deve ser tal que cada uma de suas categorias tenha plausivelmente instâncias em todos os domínios da realidade. Um sistema que propõe A, B e C como categorias fundamentais é adequado se (ou é tanto mais adequado quanto mais) houver A's físicos, biológicos, matemáticos, sociais, etc, assim como B's físicos, biológicos, matemáticos, sociais, etc, e o mesmo com C. A intuição da proposta é bastante simples e pode ser formulada em termos de predicados: cada domínio tem predicados específicos: predicados da física (como ter carga negativa, ser um fóton, ter um spin, etc), há predicados da matemática (é ímpar, é primo, é uma função constante), há predicados da biologia (é uma espécie fértil, tem células eucariontes, etc). Tais predicados específicos nunca expressarão categorias ontológicas. Predicados como 'é um objeto', 'é uma propriedade', 'é um fato', etc, são omnipresentes no discurso, não pertencem a nenhum domínio particular, e por isso justamente são metafísicos.

Essa proposta consegue explicar o que há de errado com o sistema racional/irracional: Embora a categoria de irracionais seja transversal (há objetos irracionais em todos os domínios), a categoria complementar dos racionais é restrita ao domínio da biologia (eventualmente também teologia ou eventualmente artefatos extremamente avançados), e por isso é inadequada. A proposta também resolve o problema do corte:

um sistema de categorias ontológicas não é simplesmente a parte superior da árvore de classificação de tudo, mas sim um sistema de ramificações transversal a ela.

Note que a proposta da transversalidade é simultaneamente uma resposta à questão (I) e à questão (II): ela responde o que é uma categoria ontológica adequada relativamente a outras categorias de um sistema ontológico. *Irracional* seria uma categoria adequada se tomada por si só (pois totalmente transversal), mas inadequada porque a outra categoria do seu nível de divisão (racional) é não-transversal. Note também que a proposta não diz que a transversalidade é uma condição necessária, mas uma virtude, que pode ser satisfeita em maior ou menor grau. Se alguém eventualmente defender que não há objetos na matemática, mas apenas propriedades (números seriam propriedades de segunda ordem, p.ex.), isso seria uma deficiência para a ontologia tradicional de objetos e propriedades, mas não razão suficiente para rejeitá-la definitivamente. A ontologia de tropos tem um estatuto similar: embora seja plausível no domínio das ciências naturais e humanas, parece completamente inócua para lidar com questões da ontologia da matemática.

Um argumento a favor do critério sugerido é que os principais e mais exitosos sistemas de categorias propostos ao longo da história da filosofia eram transversais. Veja a ontologia de objetos e propriedades, ou a aparentada ontologia fregeana de objetos e conceitos: há plausivelmente objetos e propriedades (ou conceitos fregeanos) em todos os domínios. O mesmo vale para a ontologia de estados de coisas: há estados de coisas (ou fatos) em todos os domínios. Uma ontologia de eventos, por outro lado, pode ser muito razoável para o domínio material, mas um filósofo da matemática dificilmente se interessaria por ela (a não ser, eventualmente, um intuicionista radical que considere entidades matemáticas simples eventos na mente do matemático).

5 Resumo

Neste artigo argumentamos que a atividade classificatória é fundamental para toda forma de conhecimento, inclusive para a metafísica. Na metafísica, desenvolvemos sistemas de categorias ontológicas para a

classificação de tudo o que existe na realidade: Categorias ontológicas são, assim, as categorias mais gerais e fundamentais da realidade. Vimos que sistemas de categorias ontológicas, assim como os demais sistemas classificatórios em geral, têm certas propriedades formais e materiais. Dentre as propriedades materiais destacamos a naturalidade. Tentamos, então, traçar uma linha divisória entre as categorias ontológicas e as ditas 'ordinárias'. Explicamos também no que consiste a distinção entre categorias ontológicas primárias e fundamentais.

Apresentamos então uma série de sistemas de categorias ontológicas defendidas ao longo da história da filosofia. Destacamos as perspectivas realistas e anti-realistas na construção de tais sistemas. Finalmente, listamos uma série de virtudes que devem ser consideradas na avaliação dos diferentes sistemas e sugerimos que a transversalidade de domínios é uma dessas virtudes.

Guido Imaguire
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Referências

- Ackrill, J. L. 1963. *Aristotle's Categories and De Interpretatione* (translation with notes). Oxford: Clarendon Press.
- Aristotle. 1953. *Metaphysics*, revised text translated with commentary and introduction by W. D. Ross. Oxford: Clarendon Press.
- Aristotle. 1963. *Categories*, translated with notes by J. L. Ackrill. Oxford: Clarendon Press.
- Armstrong, D. M. 1978. *Universals and Scientific Realism, Vols. I and II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Armstrong, D. M. 1997. *A World of States of Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baumer, Michael. 1993. Chasing Aristotle's Categories down the Tree of Grammar. *Journal of Philosophical Research* 18: 341–449. Studtmann 2007.
- Chisholm, R. 1996. *A Realistic Theory of Categories: an Essay on Ontology*. Cambridge University Press.
- Grossmann, Reinhardt. 1983. *The Categorical Structure of the World*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press.
- Hoffman, Joshua and Gary S. Rosenkrantz. 1994. *Substance among other Categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Imaguire, G. 2020. Ontological Categories and the Transversality Requirement. *Grazer Philosophische Studien* 97.
- Ingarden, Roman. 1960 [1964]. *Time and Modes of Being*, Helen R. Michejda (trans.). Springfield, Illinois: Charles C. Thomas.
- Kant, Immanuel. 1781 [1958]. *Critique of Pure Reason*, Norman Kemp Smith (trans.), London: Macmillan.

- Lowe, E. J. 2001. *The Possibility of Metaphysics: Substance, Identity and Time*. Clarendon Press, Oxford.
- Lowe, E. J. 2006. *The Four-Category Ontology: A Metaphysical Foundation for Natural Science*. Oxford: Clarendon.
- MacBride, F. 1999. Could Armstrong have being a Universal? *Dialectica* 52: 203-37.
- MacBride, F. 2004. Whence the Particular-Universal Distinction? *Grazer Philosophische Studien* 67: 181-194.
- MacBride, F. 2005. The Particular-Universal Distinction: A Dogma of Metaphysics? *Mind* 114: 566-614.
- Moravcsik, J. M. E. 1967. Aristotle's Theory of Categories, in *Aristotle: A Collection of Critical Essays*. Garden City: Doubleday and Co.: 125–48.
- Norton, Bryan G. 1976. On Defining 'Ontology'. *Metaphilosophy* 7 (2): 102-15.
- Quine W.V. (1960) *Word and Object*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1960.
- Rosenkrantz, G. 2012. Ontological Categories, in Tahko, T. (ed.) *Contemporary Aristotelian Metaphysics*, Cambridge University Press.
- Ryle, G. 1938. Categories. *Proceedings of the Aristotelian Society* 38: 189-206
- Smart, J.J.C. 1954. A Note on Categories. *British Journal for the Philosophy of Science* 4: 227-8.
- Sommers, Fred. 1959. The Ordinary Language Tree. *Mind* 68: 160-85.
- Sommers, Fred. 1971. Structural Ontology. *Philosophia* (Israel) 1: 21-42.
- Simons, Peter (2012) Four Categories – and More, in Tahko, T. (ed.) *Contemporary Aristotelian Metaphysics*, Cambridge University Press.
- Thomasson, A. 2018. Categories. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, E. N. Zalta (ed.), URL <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/categories/>>.
- van Inwagen, P. 2014. What is an Ontological Category, in van Inwagen, P. *Essays in Ontology*. Cambridge University Press.
- Westerhoff, J. 2002. Defining 'Ontological Category', *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 102 (1): 337-343.
- Westerhoff, J. 2004. The Construction of Ontological Categories. *Australasian Journal of Philosophy* Vol. 82 (4): 595-620.
- Westerhoff, J. 2005. *Ontological Categories: Their Nature and Significance*. Clarendon Press, Oxford.
- Williams, D. C. 1953. On the Elements of Being II. *Review of Metaphysics* 7(2): 171–192.